



REVISTA
DE
**CULTURA
VISUAL**

e-ISSN 2184-1284

N.º 13 | 2024

**Reparar a Comunicação. Despatriarcalizar,
Descolonizar e Ecologizar a Cultura Mediática**

Repairing Communication. Depatriarchalising,
Decolonising and Ecologising Media Culture

<https://doi.org/10.21814/vista.5597>

e024009

Rosa Cabecinhas 



© Autores

Reparar a Comunicação. Despatriarcalizar, Descolonizar e Ecologizar a Cultura Mediática

<https://doi.org/10.21814/vista.5597>

Vista N.º 13 | janeiro – junho 2024 | e024009

Submetido: 21/01/2024 | Revisto: 26/03/2024 | Aceite: 16/02/2024 | Publicado:
17/06/2024

Rosa Cabecinhas

<https://orcid.org/0000-0002-1491-3420>

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais,
Universidade do Minho, Braga, Portugal

Chaparro, M., & Andrés, S. de. (2022). *Comunicación radical. Despatriarcalizar, decolonizar y ecologizar la cultura mediática*. Gedisa.

Comunicación Radical. Despatriarcalizar, Decolonizar y Ecologizar la Cultura Mediática (Comunicação Radical. Despatriarcalizar, Descolonizar e Ecologizar a Cultura Mediática; 2022), de Manuel Chaparro Escudero e Susana de Andrés del Campo oferece-nos uma abordagem feminista, decolonial e ecologista da comunicação, fundada num imperativo ético, que visa a construção de sociedades mais justas e pluridiversas. Esta obra consolida diversas linhas de investigação transdisciplinar e propõe uma mudança de paradigma nas ciências da comunicação: uma proposta disruptiva ou insurgente para “reencantar” a comunicação, como sistema simbólico, político e económico, interligando várias “chaves regeneradoras” que substituam a cultura mediática dominante, baseada na “hiperconexão que desconecta”, em que o sofrimento dos outros é convertido em espetáculo incessante e “algoritmos de ódio” capturam a atenção e fomentam a “desmemória”.

Com uma linguagem clara e acutilante, Manuel Chaparro e Susana de Andrés interpelam-nos para uma comunicação de corpo inteiro, envolvendo todos os sentidos, resgatando o potencial da oralidade, sendo que a “oralidade não é apenas a fala, é escutar e pensar com a fala” (p. 28). Nas suas palavras,

hoje assistimos a uma desvalorização da escuta e da fala. Cada vez se escuta menos, ninguém dedica o seu tempo só a escutar, e os limites da atenção são cada vez mais estreitos, as aulas são mais curtas, criam-se microrrelatos (...) práticas aceleradas e usos utilitaristas da comunicação. (p. 64)

No seu prólogo, Eloísa Nos Aldás e Agustín García Matilla caracterizam este livro como um “viveiro de utopias essenciais” (p. 11). A metáfora do “viveiro” remete para um dos eixos fundamentais da argumentação que permeia esta obra: a íntima relação entre comunicação e vida, entre cultura e natureza. A capa do livro — elaborada por Juan Pablo Venditti com um desenho de Amalfy Fuenmayor Noriega — exprime visualmente a profunda interdependência entre os diversos ecossistemas e interpela-nos para os desafios da comunicação nos dias de hoje.

Na introdução da obra, Chaparro e Andrés começam por clarificar que “[a] comunicação é um fim e não apenas um meio. É essencial para a existência vital. Sem comunicação não há intercâmbio, não há aprendizagem, não há estratégias para garantir a sobrevivência” (p. 15). Ao longo da obra são salientados os limites que decorrem de uma visão mecanicista e instrumental da comunicação, entendida frequentemente apenas como uma ferramenta para alcançar fins comerciais e de controlo social; e em que a “ideia de comunicação foi substituída pela praxis socioeconómica dos média e das redes virtuais. É tempo de reparar o seu significado” (p. 16). Nas suas palavras, “[a] incomunicação do nosso tempo relaciona-se com o produtivismo, o stress, a desconexão da realidade pela condição tecnocêntrica e a ausência de encontros de proximidade” (p. 16). Nesse sentido, Chaparro e Andrés lançam-nos o repto: “recuperar a comunicação como um sentipensar significa recuperar a ligação para compreender onde, como e o que contar, e usar as tecnologias para interconectar ecossistemas e partilhar saberes. Neste caminho, despatriarcalizar e descolonizar os imaginários androcêntricos será essencial” (p. 18). Em uma palavra, é preciso reparar¹. Sabemos que esse trabalho de reparação é demasiado amplo para poder ser alcançado apenas a partir da escrita académica, mas dialogar com outros saberes e contar outras histórias constituem passos essenciais.

O livro está organizado em quatro partes, profundamente interconectadas: “Comunicação Radical”; “Descolonizar”; “Despatriarcalizar”; e “Ecologizar”. A comunicação radical implica construir um novo olhar que nos permita “desativar imaginários bélicos”, substituindo o “algoritmo do ódio” pela ética do cuidado e do bem comum (p. 25).

Este livro oferece-nos uma viagem no tempo e espaço na qual uma outra história das ciências da comunicação é delineada e em que outros futuros são desenhados.

¹O verbo “reparar” em língua portuguesa tem dois significados: “reparar no sentido de fixar o olhar, ver com cuidado, tomar atenção, notar, observar; ou reparar no sentido de consertar, compensar, restabelecer, dar uma satisfação, indemnizar” (Barreiros, 2022, p. 116). *Reparar* a comunicação implica *re-parar*, substituir a comunicação *apressada* pela comunicação *lenta* (Andrés, 2024).

Esses futuros bebem em conhecimentos ancestrais de povos originários de diversas zonas do nosso planeta que têm sido consideradas periféricas no mundo da ciência e da tecnologia e cujos contributos têm sido obliterados da história da ciência. Partindo de um criativo glossário, Chaparro e Andrés oferecem-nos um quadro teórico que visa superar os dualismos nos quais a ciência dita “ocidental” se tem alicerçado. Por exemplo, em contraponto ao dualismo razão *versus* emoção, pensar *versus* sentir, é-nos proposto *corazonar* ou *sentirpensar*. Um *sentirpensar* que rompa com o androcentrismo, o elitismo, o antropocentrismo e outros “ismos” que moldam o nosso quotidiano e a atual cultura mediática.

Para além da crítica fundamentada da ordem dominante, este livro apresenta propostas concretas para uma comunicação com e para a liberdade. A proposta para semear novos paradigmas de pensamento e ação implica um percurso que passa por fundamentar, oralizar, decrescer, despatriarcalizar, descolonizar, desacelerar, ressensibilizar, pacificar, desintoxicar, reencantar, ecologizar. Tal percurso passa por repensar, redefinir, resignificar, recuperar, relocalizar, redistribuir, reestruturar, reduzir, reutilizar, reciclar, expressões que remetem para uma firme convicção ecofeminista.

A proposta de futuro que nos é oferecida não é uma fuga para Marte², mas um futuro em que todas as pessoas possam viver uma vida plena e digna neste planeta. Uma utopia possível, que passa pela conscientização da profunda interdependência com a natureza e por uma ética para o *bem-viver* dos seres humanos e dos outros seres vivos que conosco partilham o planeta.

Ao propor uma epistemologia “radical”, Chaparro e Andrés colocam o foco naquilo que consideram essencial: transformar as causas dos problemas é a única forma de lhe pôr fim. Por exemplo, o extrativismo, que se massificou com o colonialismo europeu e que se tem intensificado na atual voragem consumista, desconsidera os impactos sociais e ambientais, tornando exponencial a produção de lixo, incluindo lixo eletrónico, ao mesmo tempo que alimenta e reforça sistemas de servidão e de “pobreza de tempo”, cujos impactos reforçam lógicas de exclusão baseadas em questões de género, de classe, raciais, étnicas, local de origem, língua materna, entre outras.

Nas palavras de Chaparro e Andrés,

[a] proposta de uma comunicação radical (rizomática) convida a recuperar e fertilizar o substrato e fundamento do que é a comunicação desde as suas origens. (...) Só fertilizando e restaurando as raízes da árvore da comunicação poderão crescer com ramificações fortes interconectadas. (p. 26)

Convocando o pensamento de Hannah Arendt³ — “o passado não leva para atrás, empurra para a frente e, ao contrário do que se poderia pensar, é o futuro

²Com ironia questionam: "conquistar Marte – de que serve se a Terra está a ser 'marterizada'?"

³Nesta recensão não foram incluídas as referências bibliográficas correspondentes às que são citadas a partir da obra objeto desta recensão.

que nos leva em direção ao passado” —, Chaparro e Andrés desafiam-nos a “olhar o passado para encontrar outro futuro” (p. 33), salientando que a ideia de tempo futuro tal como foi “reforçado pela modernidade, constitui um artifício que tem contribuído para a destruição de lógicas ancestrais” (p. 33). Nesse sentido, propõem o resgate de cosmovisões de povos originários, dando exemplos concretos de como o resgate de conhecimentos e cosmovisões de povos andinos e amazônicos estão a ser mobilizados por diversos coletivos como estratégia de resistência à imposição de uma história única e um tempo único. Como têm salientado diversos autores, o domínio do tempo constitui uma das principais formas de poder: a imposição de um único relógio, um único calendário, um tempo linear como um antes e um depois (com a era cristã, antes e depois de Cristo; com a modernidade, antes e depois da chegada à América⁴; com a contemporaneidade, antes e depois da Revolução Francesa).

Através da revisitação de alguns marcos históricos e da análise crítica do atual modo de funcionamento de instituições internacionais (por exemplo, a Organização das Nações Unidas) e a “legalidade legitimada” que governa as relações internacionais, Chaparro e Andrés evidenciam o muito que há a fazer para reparar a violência androcolonial. As imposições coloniais desprezaram saberes e formas de comunicação e contribuíram para a extinção irreparável de largas centenas de línguas. Com a modernidade, as pressões para o “progresso” e o “desenvolvimento” têm-se traduzido em um desejo de superar o que é visto como velho e ultrapassado, numa voragem homogeneizadora, que desconsidera os efeitos perversos sobre as pessoas, o ambiente e os ecossistemas.

O desprezo por formas consideradas “primitivas” levou à rejeição intolerante do “outro” e à destruição de modos de vida de povos originários ao sequestrar a sua cultura e memória. A “mercantilização da comunicação” e a “amnésia interesseira” das grandes corporações mediáticas contribuem para o “memoricídio”⁵, pelo que é urgente “um processo de anamnese para recuperar os conhecimentos aprisionados no buraco negro digital” (p. 43). A “decolonialidade começa pela consciência da necessidade de recuperar a narrativa, a partir de baixo, e transcendê-la em outra narrativa”, de modo a desestabilizar a “colonialidade dos imaginários” e reparar os efeitos de uma “história única” que define verdades aparentemente incontestáveis e naturaliza sistemas de opressão. A partir de fontes diversas, Chaparro e Andrés evidenciam que o “epistemicídio provocado pela razão androcolonial é uma perda incalculável dos saberes” (p. 90). Convocando Catherine Walsh, salientam que a decolonialidade designa “um caminho de luta contínua”, que implica consciência, dissidência e resistência. O processo decolonial implica “a abertura de um processo de reaprendizagem que nos levará a restabelecer a

⁴Os nomes pelos quais habitualmente são designados os países, regiões e cidades do continente americano (e não só) constituem exemplos de colonialidade. Vários exemplos são explanados nesta obra.

⁵Como é patente no livro do Génesis, o memoricídio tem uma longa história, sendo “constante na prática colonial e patriarcal, a destruição dos laços culturais na genealogia das mulheres e do território é a estratégia de construção da desmemória levada a cabo pelo conquistador. O apelido paterno e a autoridade parental foram impostos, negando às mulheres a sua árvore genealógica” (p. 154).

ligação e entrar em diálogo com a natureza” (p. 133), o que implica desacelerar e decrescer (decrescimento que não deve ser confundido com austeridade). Nas suas palavras, “[a] obsessão da velocidade não permite as necessidades vitais do cuidado, da reparação do corpo, da doença ou das relações sociais. (...) O sistema de produção capitalista é sustentado pelo roubo sistemático do tempo (não pago) das mulheres” (p. 102) e por uma divisão internacional do trabalho que se traduz em crescentes níveis de precariedade e desigualdade social.

Chaparro e Andrés salientam que a subjugação dos média e das “indústrias culturais” aos princípios coloniais traduz-se em uma “colonialidade comunicativa” ao serviço de interesses geoestratégicos desenvolvimentistas, fomentando uma biopolítica com profundos impactos no comportamento social e saúde mental. O colonialismo de dados (Mejías & Couldry, 2019) e a automatização da desigualdade através dos sistemas digitais de vigilância e controle têm reforçado a necropolítica (Mbembe, 2017), que determina quais as vidas que importam e quais podem ser sacrificadas.

As redes digitais transformaram-nos em

caçadores de informação e de imagens, um desporto que esgota e converte as "capturas" salas de troféus que acumulamos na nossa "galeria" (...). Pensamos que estamos a viajar sem nos mexermos do banco, apenas remamos para que o barco não pare. (p. 115)

Acorrentados, “a sentença da galera mantém-nos numa posição sedentária e cabisbaixa” (p. 115). Chaparro e Andrés salientam que o “progresso tem sido historicamente simbolizado pelo aumento da capacidade de guerra e de dominação”, isto é, o “progresso” associado à “capacidade de subjugar os outros” e de “ter mais”. Esta “falsa superioridade foi transferida do campo militar para o religioso, o económico e o científico” (p. 147), que continuam a reificar hierarquias androcoloniais.

A inculcação de género, a privação da educação e da liberdade das mulheres tem impedido que conheçam a sua própria história. Os média, um pouco por todo o mundo, continuam a difundir estereótipos de género e a invisibilizar a agência histórica das mulheres, como evidenciam estudos recentes sobre rádio, televisão, jornais, cinema e redes digitais (e.g., Macharia, 2020). Tais dados apelam a uma revisão crítica e a uma transformação política da cultura mediática, nomeadamente na forma como são invisibilizados os contributos das mulheres nas artes, desporto e ciência⁶. Quando falamos de invisibilidade não nos referimos apenas a uma questão de representação numérica, mas sobretudo à forma como a cultura mediática dominante continua a propagar e reforçar estereótipos de género e raciais, e suas intersecções com questões de classe e cidadania.

Chaparro e Andrés salientam que a linguagem é uma das barricadas onde a hierarquização do masculino como universal atua com mais inércia, sendo essencial uma transição para a comunicação inclusiva de modo a desafiar o *status*

⁶Sobre o efeito Matilda ver, por exemplo, Rajkó et al. (2023).

quo. A comunicação inclusiva implica “estarmos conscientes do que nomeamos, quanto e como o fazemos, e também estarmos conscientes do que não nomeamos e porque não o nomeamos’ (Martín Barranco, 2019: 17)” (p. 169). Assim,

não se trata apenas de incluir, nomear e tornar as mulheres visíveis, mas também de analisar criticamente a carga androcêntrica da linguagem e as suas consequências. Património ou mecenato são palavras que exemplificam qual o género a que se dá valor, ofuscando realidades históricas como o matronato ou a herança que nos foi deixada não só pelos pais, mas também pelas mães. (p. 169)

De salientar que a comunicação inclusiva implica não descurar o contexto e as interseccionalidades, quer na comunicação verbal quer noutras modalidades de comunicação. Assim, a despatriarcalização da comunicação implica performar, e não apenas enunciar, o compromisso com os princípios da igualdade e do respeito pela diversidade. Implica também contrariar os princípios embutidos na atual economia de atenção e superar dualismos hierárquicos que têm marcado a história do pensamento ocidental, cavando “abismos ontológicos entre homens e mulheres, entre humanos e não-humanos, entre o mundo civilizado e os povos indígenas, entre o mundo hegemónico e o mundo subordinado, entre o mundo superior e o mundo inferior” (p. 195). Estes dualismos hierárquicos estão profundamente interconectados e tendem a reforçar-se entre si e com outros, tais como: masculino/feminino, razão/emoção, corpo/mente, produção/reprodução, civilizado/selvagem, ocidente/oriente, urbano/rural, público/privado, individual/coletivo, centro/periferia, norte/sul, universal/particular, sujeito/objeto, entre outros.

Chaparro e Andrés salientam que é urgente “desfazer a ‘comunicação’ vertical, que nada mais é do que informação dirigida destinada a sustentar um pensamento único” (p. 203). Nas redes sociais “o algoritmo está programado para preferir ou odiar, sendo que este último é mais lucrativo porque recebe mais atenção do público” (p. 175). Para desfazer os imaginários bélicos, que justificam violências injustificáveis, urge fazer uma transição. Nesse sentido, convocam a proposta de Silvia Federici para “reencantar o mundo” através da criação da comunalidade de modo a contrariar uma cultura hegemónica que venera a “necrocomunicação”. Chaparro e Andrés salientam que nos “mídia e na vida em geral o importante tem sido sacrificado pelo urgente, pelo lucrativo, pelo sensacionalista” e por uma paradoxal “ditadura da felicidade”, em que felicidade significa viver na voragem do hiperconsumo. Convocando Paulo Freire e Beltrán Salmón, Chaparro e Andrés afirmam que a “humanidade parece ter esquecido que a essência da comunicação é a dialogicidade”, uma comunicação “comprometida com a libertação”. A “comunicação ruidosa” alimenta sociedades “mudas”, em que “os discursos dominantes provocam espirais de silêncio que se refletem nas conversas, nos fóruns e nos mídia” (p. 287).

A construção de uma “democracia comunicativa” (p. 155) assenta na comunicação enquanto partilha. Convocando Shiva (2020), Chaparro e Andrés salientam que a “simplicidade é a base da liberdade, tanto pessoal como política, local

e planetária. Ser humano implica, acima de tudo, liberdade, e é isso que está largamente restringido na sociedade digital de controlo” (p. 294). Neste sentido, “[r]egressar à terra e ao potencial humano da comunicação significa deslocar as lógicas do ter para as lógicas do ser, as lógicas da acumulação e da apropriação para as da mutualidade, do comum e do cuidado” (pp. 294–295). Adaptando a proposta de Latouche para a transformação social no quadro de uma economia de decrescimento, Chaparro e Andrés oferecem uma proposta de comunicação circular, resgatando saberes ancestrais e também os modelos alternativos que estão a ser construídos hoje nas chamadas “margens” e “periferias”, que “a partir do reconhecimento do pluriverso, oferecem a oportunidade de reconciliar” (p. 156). Estudos recentes evidenciam as potencialidades dos ativismos mnemónicos (e.g., Cabecinhas, 2022; Giuliani & Pereira, 2023; Macedo et al., 2023) para a construção da almejada democracia comunicativa. A ecologia dos saberes, a educação antirracista, a literacia crítica e a regulação mediática afiguram-se como algumas das áreas primordiais de intervenção social e de investigação-ação em ciências da comunicação. A academia, as escolas, os média, os coletivos e cada um/a de nós enquanto pessoa têm um papel fulcral para reparar a comunicação.

Agradecimentos

Este trabalho foi desenvolvido no âmbito do projeto “MigraMediaActs – Migrações, media e ativismos em língua portuguesa: descolonizar paisagens mediáticas e imaginar futuros alternativos” (PTDC/COM-CSS/3121/2021), financiado por fundos nacionais através da FCT — Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/00736/2020 (financiamento base) e UIDP/00736/2020 (financiamento programático).

Nota Biográfica

Rosa Cabecinhas é docente do Departamento de Ciências da Comunicação e investigadora no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho. Tem desenvolvido investigação de natureza interdisciplinar e coordenado diversos projetos nacionais e internacionais sobre memória social, comunicação intercultural e mudança social. Foi co-coordenadora da rede COST “Social Psychological Dynamics of Historical Representations in the Enlarged European Union”. Atualmente é investigadora principal do projeto *Migrações, Média e Ativismos em Língua Portuguesa: Descolonizar Paisagens Mediáticas e Imaginar Futuros Alternativos*. Entre as obras que escreveu ou editou destacam-se *Preto e Branco: A Naturalização da Discriminação Racial* (2017, 2.^a edição), *Comunicação Intercultural: Perspectivas, Dilemas e Desafios* (com Luís Cunha; 2017, 2.^a edição) e *Abrir os Gomos do Tempo. Conversas Sobre Cinema em Moçambique* (com Ana Cristina Pereira; 2022).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1491-3420>

Email cabecinhas@ics.uminho.pt

Morada: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), Instituto de Ciências Sociais - Universidade do Minho Campus de Gualtar - Edifício 15, 4710-057 Braga, Portugal

Referências

Andrés, S. de. (2024, 24–26 de janeiro). *Comunicación lenta. Comunicación radical* [Conferência de abertura]. XIII Congresso da Sopcom, Braga, Portugal.

Barreiros, I. B. (2022). Reparar, reparando: A memória colonial na Casa da História Europeia. *Práticas da História*, 15, 101–149. <https://doi.org/10.48487/pdh.2022.n15.30058>

Cabecinhas, R. (2022). Outras histórias. Ativismos mnemónicos, género e interseccionalidades. *CO(M)XÉNERO. Cadernos de Comunicación e Xénero*, 2, 15–35.

Giuliani, G., & Pereira, A. C. (2023). (De)othering the grammar of the nation: Black and anticolonial counter publics in Portugal and Italy. *StudiCulturali*, 20(3), 273–294.

Macedo, I., Lins, L., Vieira da Silva, T., & Cabecinhas, R. (2023). Exploring images of otherness through cinema. Analysis of counter-visualities in Portuguese films. *Papers on Social Representations*, 32(2), 1.1–1.27.

Macharia, S. (Ed.). (2020). *Who makes the news. 6th Global Monitoring project*. GMMP.

Mbembe, A. (2017). *Critique of Black reason*. Duke University Press.

Mejías, U. A., & Couldry, N. (2019). Colonialismo de datos: Repensando la relación de los datos masivos con el sujeto contemporáneo. *Virtualis*, 10(18), 78–97.

Rajkó, A., Herendy, C., Goyanes, M., & Demeter, M. (2023). The Matilda effect in communication research: The Effects of gender and geography on usage and citations across 11 countries. *Communication Research*. Publicação eletrónica antecipada. <https://doi.org/10.1177/00936502221124389>

Este trabalho encontra-se publicado com a Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0.